

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**LEGISLATIVO DE AL: DITOS E SILENCIADOS  
NO DESFECHO DE UMA GREVE DE SERVIDORES**

Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel  
[msrpimentel@yahoo.com.br](mailto:msrpimentel@yahoo.com.br)  
Mestranda em Análise do Discurso  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

**1. APRESENTAÇÃO**

O discurso do *Jornal da Assembleia* (JA), periódico mensal produzido pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (ALE/AL) é nosso objeto de pesquisa, que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Após atenta observação dos dizeres veiculados nesse material jornalístico, percebemos que a casa legislativa informa à sociedade a pauta que lhe convém relevante, silenciando informações detalhadas sobre fatos relativos à crise que envolve deputados estaduais<sup>1</sup>. Assim, ao afirmar algo, tenta apagar outros sentidos que também se fazem importantes para a compreensão do todo. O recurso ao silenciamento não foi diferente no episódio da primeira greve dos servidores da instituição, razão pela qual elencamos esse fato como mote da análise que desenvolveremos.

Como materialidade discursiva, trazemos a produção jornalística publicada em julho de 2008 no JA (foto, legenda e chamada da capa mais notícia e foto relativos ao fim da greve dos servidores). Nosso *corpus* será estudado com o auxílio da Análise do Discurso (AD) fundada por Pêcheux, a qual procura relacionar língua, sujeito e ideologia para compreender os processos de produção dos sentidos. Como afirma Orlandi (1996, p. 23), é no entremeio da Linguística, do Materialismo histórico e da Psicanálise que a AD se constitui, mas não como área interdisciplinar. A Análise do Discurso não

---

<sup>1</sup> No primeiro semestre de 2008, o Poder Judiciário estadual afastou dos mandatos 12 dos 27 integrantes da Casa Legislativa sob acusação de terem desviado cerca de R\$ 300 milhões dos cofres públicos. Além disso, outros foram indiciados pela Polícia Federal por terem efetuado empréstimos pagos com dinheiro da própria Assembleia. Suplentes vinham ocupando as cadeiras deixadas pelos parlamentares, até que em julho de 2009 a justiça determina o retorno de 8 deputados.

acumula conhecimentos desses campos, ela se faz na contradição entre eles, age de modo a trabalhar as lacunas deixadas por essas regiões epistemológicas.

Munidos do arcabouço teórico-metodológico oferecido pela AD, trabalharemos a noção de implícito exposta por Ducrot (1987), algumas das formas de silêncio estudadas aprofundadamente por Orlandi (2007) e categorias discursivas como condições de produção, interdiscurso e formação discursiva. Com o intuito de compreender os efeitos de sentido produzidos no discurso da ALE sobre a greve de servidores, procuraremos aplicar esses conceitos à análise da materialidade discursiva, assim como também mobilizar nosso dispositivo analítico<sup>2</sup>.

## 2. SILÊNCIO E IMPLÍCITO MOBILIZANDO SENTIDOS

No livro que dedicou ao estudo do silêncio, Orlandi distingue o **silêncio fundador da política do silêncio (silenciamento)**; esta, por sua vez, é subdividida em **silêncio constitutivo** e **silêncio local**. Silêncio fundador não é aquele que funda algo, é fundante no sentido de necessário, fundamental, existe nas palavras ou as atravessa para fazer a linguagem significar. Não pode ser confundido com ausência de fala ou de ruído, nem é representável, pois não é do silêncio físico que trata a autora, mas do silêncio que remete ao sentido:

[...] o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos (2007, p. 23).

O silêncio fundador aponta, também, para outras possibilidades de sentido. As palavras não devem ser compreendidas nelas mesmas, literalmente. O que está dito pode estar silenciando outros dizeres. Daí porque a afirmação de que o sentido pode ser sempre outro, pois o sentido de uma palavra “não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são reproduzidas” (PÊCHEUX, 2007, p. 160).

A política do silêncio ou silenciamento diz respeito ao fato de serem apagados sentidos que não são desejáveis em determinada situação discursiva. O que difere o silêncio fundador do silenciamento, explica Orlandi (2007, p.73), “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele

---

<sup>2</sup> São dois os tipos de dispositivos de interpretação: teóricos e analíticos. O dispositivo teórico diz respeito às categorias discursivas que constituem a Análise do Discurso (interdiscurso, intradiscurso, formação discursiva, formação ideológica, condições de produção, etc.). Já o dispositivo analítico está relacionado aos mecanismos que o analista oferece para interpretação, depende da região teórica na qual se inscreve, dos seus objetivos, da natureza da materialidade discursiva.

significa em (por) si mesmo”. O silêncio constitutivo é parte do silenciamento e pode ser compreendido como aquele em que o dizer faz calar algum dos múltiplos sentidos possíveis.

O silêncio local se manifesta através da censura, é entendido como a proibição do dizer, a interdição do falar. Mostra-se como uma tentativa de imposição do sentido uno, quando, na verdade, paráfrase e polissemia norteiam os processos de significação. Como afirma Cavalcante (1999, p. 155),

[...] à proporção que se elege um produto cultural como único correto e aceito, rejeitam-se os produtos culturais de outros segmentos. Isso, no entanto, não se dá de forma explícita, mas velada, às vezes quase imperceptível, uma vez que os conflitos ideológicos quase nunca se mostram, mas se alojam nas entranhas do discurso, à sombra das palavras.

Dessa forma, no silêncio local, só é permitido ao sujeito ocupar a posição que lhe for determinada (efeito do autoritarismo); ele é impedido de se inscrever em diferentes formações discursivas. Têm-se, aqui, as evidências de sentido, efeito ideológico que age no sujeito de modo a fazer com que não tenha acesso ao caráter material do sentido<sup>3</sup>.

Mesmo não sendo uma categoria discursiva, mas linguística, a noção de implícito também ganha importância na Análise do Discurso, pois a ideologia está presente tanto nas formas de silêncio como nos implícitos. Ducrot, em 1969, elabora sua primeira teoria semântica e observa que o enunciado produzido por um locutor pode ser desdobrado em dois atos chamados de *ilocutórios*: asserção (posto) e pressuposição (pressuposto). O posto visto como o dito no enunciado e o pressuposto como a manifestação do implícito.

Introduzindo uma idéia sob a forma de pressuposto, faço com que meu interlocutor e eu mesmo não possamos agir de outro modo senão aceitando-o. Se o posto é isto que afirmo enquanto locutor, se o subentendido é o que eu deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que eu apresento como comum aos dois personagens do diálogo como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si participantes da enunciação (DUCROT, 1969).

Em 1982, essa teoria passa por uma reformulação, de modo que a pressuposição também possa aparecer no enunciado (não dito, mas presente) ou de forma subentendida. Pressuposto e subentendido se configuram como formas de não-ditos, de implícitos, sendo que o pressuposto é da ordem da linguagem e o subentendido, do contexto. Se, por exemplo, afirmamos que Antonio Albuquerque não está mais na presidência da Assembleia Legislativa, temos por pressuposto o fato de que, sendo ele deputado estadual, era ocupante de cargo diretivo. O motivo de seu afastamento não

---

<sup>3</sup> Ao produzir evidências, a instância ideológica designa “o que é e o que deve ser”. Sabemos o que é um soldado, por exemplo, por um efeito da ideologia. Ela faz com que essa e outras noções perpassem por uma ilusão de transparência da linguagem, de modo a ocultar outras possibilidades de sentido, seu caráter material. E o caráter material do sentido depende do “todo complexo das formações ideológicas”, é determinado pelo contexto sócio-histórico (PÊCHEUX, 2007).

está dito na frase, mas pode ficar subentendido a depender do contexto. O encerramento do mandato ou uma determinação judicial são possíveis razões<sup>4</sup>.

Apesar de não ter feito qualquer discussão em torno do materialismo histórico ou de questões ideológicas em sua teoria, o linguista parece ter aberto uma via para a ideologia no estudo do implícito. Tanto que Malidier *et al* (1994, p. 72) perguntam: “Assim, admitindo que é o funcionamento do implícito que está inscrito na língua, não temos o direito de considerar este implícito como um efeito ideológico do discurso?”

### 3. ENSAIANDO UMA ANÁLISE

Servidores e deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE/AL) vivenciaram mais um embate político-ideológico quando da ocasião da primeira greve realizada na história da instituição, em julho de 2008. Dentre os pleitos, a reivindicação de 70% do 13º salário atrasado desde 2006 e também reajuste de 102% autorizado pela justiça. Como “pano de fundo” dessa discussão a crise político-administrativa que se arrasta desde dezembro de 2007 no Poder: denúncias de desvios de recursos públicos, indiciamento, afastamento e prisão de deputados, dentre outros fatos.

São essas as condições de produção do discurso do *Jornal da Assembleia*<sup>5</sup>. O desfecho desse período de acirramento foi registrado pelo informativo, o qual acentuou o caráter de acordo que permeou as discussões. Observemos o enunciado contido da capa do periódico publicado em julho de 2008 (mês em que a greve foi encerrada):

*El: Com intermediação do arcebispo de Maceió, Mesa Diretora fecha acordo e concede reajustes*

A palavra acordo, inscrita na formação discursiva jurídica, é aqui ressignificada. Para a área do Direito, a palavra acordo traz como efeito de sentido a ideia de negociação, de pacto que seja favorável às partes em questão. Só que o acordo parece não ter sido bom para os deputados, pois no dizer consta “acordo beneficia os servidores”. Tanto que na matéria sobre a negociação (página 3), o presidente Fernando Toledo fala sobre o impacto dos aposentados na folha de pagamento e da contenção de gastos que deverá ser feita para cumprir esse “acordo”. O jornal aborda a necessidade de economizar para poder pagar aos servidores, mas silencia quanto ao desvio de mais de 300 milhões dos cofres da Casa Legislativa. Visualizamos na informação sobre o desvio de recursos o dizer interdito, o silêncio local.

Percebemos, pela política do silêncio ou silenciamento, que os sentidos indesejáveis são realmente calados. É o que ocorre quando a direção da Assembleia Legislativa publica que vai cumprir

---

<sup>4</sup> Confirmada a segunda hipótese.

<sup>5</sup> Assim como Orlandi (1999), entendemos condições de produção como os sujeitos e a situação afetados pela memória.

o acordo firmado com os servidores para pagar salários atrasados. Dizendo isso, na verdade, a instituição “esquece” de informar que antes desse “acordo” já havia uma decisão judicial determinando o pagamento e que estava sendo descumprida pelos parlamentares. Ou seja, foi dito “y” para que “x” não fosse exposto, pois este era o sentido evitado. Vamos à segunda sequência discursiva:

*E2: Greve dos servidores da Assembleia termina em paz*

Na imagem de onde fora extraída a sequência o arcebispo está localizado numa posição central, rodeado por deputados e pelo representante do sindicato dos servidores. A disposição da foto mostra o aparente equilíbrio entre Igreja, Estado e entidade de classe. Vale ressaltar que a negociação foi feita na casa de dom. Antonio Muniz, produzindo o efeito de sentido da Igreja Católica como instituição responsável pela conciliação.

Conforme uma das definições do dicionário *Michaelis*, paz “refere-se ao estado de um país que não está em guerra”. Ao dizer que a paralisação da categoria termina em paz, os deputados deixam implícito que o desfecho da paralisação poderia ser outro, o oposto da situação de paz, a guerra. É o subentendido. Essa injunção de sentido pode ser feita porque antes das negociações o clima estava bastante tenso entre manifestantes e Mesa Diretora da ALE, tanto que o presidente do sindicato dos trabalhadores do Legislativo, Ernandi Malta, disse em entrevista que a categoria estava disposta a ir às últimas consequências para assegurar seus direitos (*online*, 2009).

O movimento grevista ocupou as escadarias do prédio onde estavam sendo realizadas as sessões, impedindo a passagem de funcionários e parlamentares e boicotando a realização das atividades. Não foi à toa que o arcebispo de Maceió teve que ser chamado para intermediar as negociações. Assim, o enunciado acima poderia ser substituído por “Apesar dos embates, greve termina de forma tranquila”.

Vemos também nesse recorte um interdiscurso, um diálogo com o discurso religioso. A expressão **em paz**, recorrente na formação discursiva católica, aliada à presença de um representante da igreja faz confirmar essa assertiva. No ritual católico, quando do encerramento da missa, o padre se dirige aos fieis e diz-lhes: “Ides **em paz** e que o senhor vos acompanhe”. Num movimento parafrástico, podemos associar a imagem do arcebispo convocado para dialogar com os grevistas ao ritual religioso, de modo que, assim como as celebrações são encerradas com a benção de paz, os servidores também são instados a acabar a greve **em paz**.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permeado por implícitos e silenciamentos, o discurso do *Jornal da Assembleia* de julho de 2008 aborda o fim da greve de servidores. Trazendo como mote o acordo realizado com os trabalhadores por intermédio de um representante da Igreja Católica, o informativo não dá plena voz

aos representantes classistas<sup>6</sup>. Ora, se o jornal é da Assembleia, por que não inclui opinião de servidores? O que se vê é a manifestação do pensamento dos parlamentares, de modo que sejam silenciados os interesses da categoria.

O interdiscurso com a religião se sobressai, assim como os sentidos de negociação e pacificação reforçados na palavra acordo. Saberes discursivos de outras regiões migram para formações discursivas que também são heteróclitas: as FDs que chamamos “católica”, “dos parlamentares” e “dos grevistas”. Mesmo sendo as FD heterogêneas, o funcionamento do discurso da ALE aponta para a tentativa de torná-las una. Dizer que greve acaba em paz é uma forma de calar outros sentidos, de silenciar as vozes destoantes, de mascarar o caráter material do sentido de que fala Pêcheux (2007).

Em sua dimensão política, o silêncio pode se apresentar como forma de dominação ou resistência, seja calando sentidos indesejáveis ou transbordando o “limite” das palavras. Neste embate envolvendo deputados e servidores, o funcionamento do discurso só vem atestar os sentidos de dominação da bancada estadual manifestados nas tentativas de controle dos dizeres.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de O. Implícitos e silenciamentos como pistas ideológicas. In: **Revista Leitura**, nº. 23, Maceió: Imprensa Universitária, 1999.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO de Alagoas. Maceió, 05 de outubro de 1989. Documento digitalizado. 103 páginas.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA Federativa do Brasil de 1988. Documento digitalizado. 141 páginas. *Online*, acessada em agosto de 2008.

DICIONÁRIO Michaelis-UOL. São Paulo, Amigo Mouse Software Ltda, CD-ROM.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. “Pressuposés et sous-entendus”. In: **Langue Française**, 4, 1969.

GREVE dos servidores da Assembleia termina em paz. **Jornal da Assembleia**, Alagoas, jul. 2008, p.3.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

MALDIDIER, Denise *et al.* *Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa*. IN: Gestos de Leitura. Campinas: Editora Unicamp, 1994. Eni Puccinelli Orlandi (org.).

<sup>6</sup> Das 91 linhas (diagramadas em colunas/seis parágrafos) da matéria publicada na página 3, apenas um parágrafo (sete linhas) é dedicado ao presidente do sindicato dos trabalhadores da ALE.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SERVIDORES em greve da Assembléia-AL impedem sessão. **A Tarde On Line**. Disponível em <http://www.atarde.com.br>. Acesso em: 17 de jun. 2009.

SERVIDORES da ALE fecham prédio e impedem sessão. **Alagoas 24 Horas**. Disponível em <http://www.alagoas24horascom.br>. Acesso em: 15 de jun. 2009.